

DEZ/1979

AD

INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SEÇÃO JOÃO PESSOA - BOLETIM INFORMATIVO

AUFPb PAROU...

A Jornada de Luta pela Reposição Salarial e Contra a Demissão de Professores, empreendida pelos docentes da UFPb-campus João Pessoa, atingiu plenamente seus objetivos. Na prática, quase 100% das atividades oficiais do campus foram paralisadas nos dois dias, o que representa uma vitória incontestável do movimento grevista. Tal fato assume uma importância ainda maior quando analisado dentro do contexto nacional dos últimos 15 anos, pois evidencia a efetiva participação da comunidade universitária no combate que vem travando toda a sociedade contra a exploração e o arbítrio.

Durante a paralisação surgiram voluntariamente "grupos de mobilização" nos diversos Centros. Tais grupos percorriam todo o campus e a partir do diálogo conquistaram um grande número de adesões para o movimento, inclusive interrompendo e adiando provas escolares, que alguns professores menos esclarecidos tentaram realizar. Merece destaque o fato de diversos desses professores, após ouvirem os argumentos apresentados pelos grevistas, reconheceram a justeza da luta passando a integrar os próprios "grupos de mobilização".

Outro dado importante foi a realização de uma programação de assembleias e debates durante a paralisação. Embora grande número de professores e estudantes tenham se ausentado do Campus durante os dois dias, é significativo o fato de algumas assembleias contarem com aproximadamente 400 pessoas (entre docentes, alunos e funcionários) e de que a média de participantes em cada atividade tenha se mantido acima de 100. Isto ainda é mais importante, se pensarmos na desmobilização constante da UFPb, no pouco tempo do movimento, no período do ano em que foi desencadeada a mobilização, etc.

No segundo dia de para-

lisão, a Assembléia Geral permanente continuou o debate das questões trazidas dos Centros, aprofundando-as e passando depois à votação da resoluções (Ver documentos). Discutiu-se novamente a questão do Seminário, dado algumas gestões feitas pela sua direção, no sentido de se buscar uma negociação. Devido às posições corretas encaminhadas pela Assembléia, conseguiu-se a transferência do inicio do Seminário para o dia 13, pela tarde, quando a paralisação já deveria estar encerrada. Novamente, às 17 horas, a Comissão de paralisação voltou a se reunir e numa rápida avaliação, todos os presentes apontaram, a partir de análises muitas vezes diferenciadas, o caráter vitorioso do movimento. Pela noite, novo debate foi realizado. Seu tema: "Lutas específicas e gerais e o papel do II Encontro Nacional de Associações Docentes". Da reunião participaram Eunice Duhan (ADUSP) e José Manoel de Mello (ADUFRJ).

Ternanada positivamente a paralisação, mais de 250 docentes reuniram-se em Assembléia para definir o encaminhamento da nossa luta, agora enriquecida pela experiência da greve e de um conhecimento mais profundo da UFPb. Daí nasceram as comissões (Ver adiante) encarregadas de manter a mobilização nas férias - sempre um momento de refluxo - e encaminhar numa dimensão nacional - portanto, passando pelo II ENAD - lutas como salários e problemas do colaborador, que desde o primeiro momento foram encaradas deste modo. Nas questões específicas da UFPb, buscou-se definir propostas concretas de discussão com nossos colegas da ADUFPb-CG, via encontro estadual, e, no final da Assembléia, em caminhada, os professores foram até a Reitoria e entregaram um documento reivindicatório (ver anexo).

A Assembléia que decidiu pela paralisação



E pensou em seus problemas

Na Assembléia Geral permanente instalada durante a Jornada de Luta foram formados: o grupo de trabalho sobre Condições de Ensino e a Comissão do Hospital Universitário, com atribuições definidas pela própria Assembléia, a partir das discussões e propostas das Reuniões dos Centros.

São as seguintes as suas atribuições:

- Elaborar estudos e promover discussões sobre: métodos de ensino e avaliação; reformulação de currículos; cursos de férias

- Formar comissões de professores e estudantes que trabalhem respectivamente sobre cada uma dessas questões, buscando tratá-las ao nível de cada curso.

2 - Comissão do Hospital Universitário

- Fazer um levantamento das reais condições de funcionamento do HU e das propostas para sua estruturação

- Divulgar informações e promover discussões junto à Comunidade Universitária

- Organizar seminário sobre o HU com a participação de representantes de instituições da área de saúde (INAMPS, MS, etc.)

Ainda num âmbito interno foram aprovadas outras resoluções, cujo encaminhamento, quando for o caso, devem ficar a cargo da diretoria da ADUFPb-JP e/ou de seus associados. Assim foi decidido: 1 - lutar pela garantia de reposição de todas as provas suspensas durante os dias de paralisação; 2 - lutar para que os professores contratados por tempo determinado e que estão renovando ou já renovaram o contrato pela segunda vez tenham seus contratos transformados em por tempo indeterminado. Com relação a isto, a Diretoria já expediu correspondência ao Departamento Pessoal e a todos os

Departamentos e diretores de Centros da UFPb, solicitando o cumprimento da CLT. Diversos Departamentos - como, por exemplo, o DTQA, o DAC - já estão exigindo do DP a mudança nos contratos. No Departamento de Arquitetura, os pareceres dos relatores estão solicitando contrato por tempo indeterminado, desde o primeiro contrato; 3 - repudiar publicamente o corte de verbas para pós-graduação sofridos pelo Nordeste e pela UFPb, em particular; 4 - intensificar os contatos horizontais entre departamentos, objetivando lutas em comum, como, por exemplo, a vizinha luta pela contratação de novos professores (para o primeiro semestre de 1980); 5 - elaborar e divulgar documento sobre as condições de trabalho e condições de ensino na UFPb; 6 - lutar pela reformulação democrática dos estatutos e regimentos da UFPb; 7 - continuar e tornar constante a programação de Assembléias Universitárias (professores, estudantes e funcionários), com o objetivo de manter um debate ininterrupto sobre problemas que afetam toda a comunidade acadêmica.

Se, de um lado, a riqueza de todas estas reivindicações e resoluções demonstram a importância da nossa movimento (e do consequente maior conhecimento da realidade da UFPb), de outro lado, a mobilização serviu para que fosse aprofundado o debate do caráter nacional de nossas primeiras reivindicações - reajuste salarial e questão professor extraquadro - e portanto a importância de dar encaminhamentos nacionais a estas lutas. Desta modo, definiu-se que seria proposta da ADUFPb-JP que o II Encontro Nacional de Associações Docentes, debatesse a questão de um prazo para a resolução/incorporação dos professores extraquadro.

Neste sentido, a comissão salarial e da restruturação da carreira do

magistério superior/inclusão dos docentes extra quadro ganham um papel fundamental no encaminhamento de nossa luta, pois nossa intervenção fundamentada no II ENAD pode concretizar estas lutas como lutas nacionais dos docentes universitários e inclusive assegurar encaminhamentos fortes e coletivos.

São tarefas dessas comissões tiradas na Assembléia Geral do dia 13 de dezembro:

1. Comissão de Luta Salarial:
- divulgar o estudo justificativo do índice de 52,7% para reposição salarial;

- levantar os trabalhos já iniciados sobre salários na UFPb (comissões salariais de departamentos)

- reunir informações sobre a luta salarial encaminhada pelas diversas ADs e manter contato com a comissão responsável (ADUFUSC) pela elaboração de estudo sobre a situação salarial dos docentes universitários a ser apresentado no II ENAD

- elaborar propostas para o II ENAD sobre índices de reposição salarial e formas de luta.

2. Comissão de Reestruturação da Carreira/Absorção dos Professores Extra-Quadro:

- promover estudos e discussões sobre a reestruturação da carreira do Magistério e a absorção dos professores Extra-Quadro;

- reunir as informações sobre os assuntos que saíram como resultados dos encontros regionais promovidos pelo MEC e de trabalhos realizados pelas ADs;

- elaborar princípios básicos para um projeto de Reestruturação da carreira a ser apresentada no II ENAD.

Os trabalhos de todas essas comissões se iniciam esta semana, sendo abertos à participação de todos os interessados, que podem se informar na sala da ADUFPb-JP ou com os representantes de Unidades sobre o horário e local das reuniões.

AD informa nº 17

Especial sobre as mobilizações de novembro/dezembro

Editorial	2
Uma história do movimento	2
Nossos documentos	3
Noções aprovadas	3
Funcionários, luta salarial	4
Documento do II Encontro Regional das Associações Docentes do Nordeste	4

Participe do II Encontro Nacional de Associações Docentes
João Pessoa - Paraíba
25 a 29 de fevereiro de 1980

Tiragem: 2.000 exemplares
Preço: cr\$ 5,00

MOVIMENTO PASSO A PASSO

A luta que estamos desenvolvendo - e que teve seu marco mais importante na greve realizada nos dias 11 e 12 de dezembro - rigorosamente inicia-se de forma organizada com a construção de nossa entidade representativa e passa necessariamente pelo I Encontro Nacional de Associações Docentes (São Paulo - fevereiro), pelo Encontro das ADs em Fortaleza (julho), pela reunião Extraordinária de Salvador (setembro), pelos encontros regionais do Nordeste (Campaña Grande julho e Recife/novembro), pelos debates do "pacote" ocorridos em João Pessoa e Natal e pelas discussões preparatórias do II ENAD, a ser realizado em João Pessoa (fevereiro de 1980). Lembrar desta longa e importante trajetória é fundamental para que não nos esqueçamos que as mobilizações de novembro e dezembro são passos na luta mais geral dos professores universitários e suas entidades representativas, as ADs.

Entretanto, a causa imediata da movimentação de novembro/dezembro foi sem dúvida, o decreto que revoga o decreto 75.841 do presidente Geisel e possibilita o crescimento de até 30% da lotação da UFPB, tomando como base o ano de 1975. Colocava-se a seguinte questão: o que aconteceria com os colaboradores e outros professores extra-quadrado que não conseguissem entrar para o quadro, dado o seu crescimento

insuficiente? Seriam demitidos ou transformados em horistas, como prevê o "pacote da educação", atualmente proposto pelo MEC?

Diante destas questões que intranquilizavam os docentes, a Diretoria da ADUFPB-JP resolveu convocar uma Reunião do seu Conselho de Representantes. Nesta altura a ADUFPB-CG já havia debatido o problema e empenhava-se em alguns encaminhamentos. A Reunião do Conselho - a primeira depois da eleição dos novos representantes - foi realizada no dia 13 de novembro, com a presença de mais de sessenta professores, o que era mostra da preocupação dos docentes com a questão. Decidiu-se ampliar o debate do problema junto aos professores, convocar uma Assembléia da ADUFPB-JP para o dia 27 de novembro, onde seria debatida a questão da lotação e dos colaboradores e, finalmente, formou-se uma comissão de 6 membros (um de cada Centro) para estudar mais profundamente a lotação da UFPB hoje e apresentar um relatório na Assembléia convocada.

No espaço entre a Reunião do Conselho e Assembléia tanto a Comissão encaminhou o seu trabalho, quanto em diversas unidades de base da ADUFPB-JP foram realizadas reuniões sobre o problema e em algumas destas reuniões começou a ser debatida a questão sala-

rial, particularmente em alguns departamentos que vinham se preocupando, de forma organizada (inclusive com comissão), com a deteriorização de nossos salários.

A Assembléia do dia 27 de novembro - 150 participantes - começou com a alteração da pauta, incluindo-se nela o debate a respeito dos salários, apesar de, devido ao tempo escasso, a questão não ter sido realmente discutida. Depois, a comissão fez rápida exposição sobre a lotação da UFPB e passou-se ao debate. Dele derivaram as seguintes resoluções:

- 1 - Lutar por garantias de que não haverá demissões nem perda de vantagens trabalhistas já conquistadas, se posicionando contra o projeto de lei do MEC que reestabelece o contingente de expansão com 30% da lotação definida em 1975;

- 2 - Que haja ampliação do debate sobre como incorporar o professor colaborador;

- 3 - Caso seja extinta a categoria de professores colaborador, com a situação trabalhista que possui na UFPB, que se exija o direito de todos os atuais professores colaboradores terem acesso ao quadro;

- 4 - Que se dê início imediatamente a um processo de elaboração de um projeto dos docentes para Reestruturação da Carreira do Magistério, a ser encaminhado como proposta da ADUFPB-JP ao IIENAD.

Finalmente decidiu-se,



Assembléia Geral Permanente

além de enviar documentos ao MEC e a Reitoria (VER anexo), marcar duas Assembléias: uma sobre o problema salarial e outra de encaminhamento e formas de continuidade das lutas e criar uma comissão de mobilização.

A Reitoria da UFPB fez publicar, no dia 29 de novembro, pela imprensa local, nota oficial onde se comprovava a não demissão de nenhum professor extra-quadrado neste ou no próximo ano, respeitar as decisões departamentais no sentido de propor contratações e demissões de professores.

No dia 3 de dezembro, foi realizada nova Assembléia, com a participação de mais de 100 docentes, para debater as reivindicações salariais, já que os encaminhamentos da luta seriam discutidos na Assembléia de quinta-feira à tarde. As reivindicações tiradas no dia 3 foram as seguintes:

- 1 - Que seja estendido aos professores universitários os direitos já obtidos por outras categorias profissionais, quanto aos prazos para os reajustes salariais;

- 2 - Lutar por uma reposição salarial de 52,7% a partir de agosto de 1979.

Ainda na Assembléia, foi constituída uma comissão salarial e, logo depois, as novas reivindicações foram encaminhadas às autoridades educacionais. Antes desta reunião, diversas Unidades, inclusive alguns Centros, haviam realizado reuniões e assembléias para tomar posições.

Nos dias de paralisação e a formação de uma Comissão que programaria e organizaria as atividades de paralisação, além de redigir carta à população, explicando os motivos da greve (Ver em anexo).

No dia seguinte, 50 professores participaram de um encontro com o representante do MEC especialmente enviado a João Pessoa. Diversos assuntos foram "debatidos" e tomamos conhecimento de um decreto que limita em 3% ao ano o uso do contingente de expansão das universidades e que essas instituições podem PEDIR a qualquer momento o aumento da lotação. Nesse mesmo dia, a Comissão de paralisação se reuniu e redigiu a carta à população, além de organizar preliminarmente as atividades da greve.

No sábado, a Comissão novamente encontrou-se e buscou um contato com as lideranças estudantis, objetivando a participação dos estudantes nas atividades programadas da Jornada. Com relação aos funcionários, não se procurou contatos com a ASUFEP, dado que esta entidade já havia sido convidada a participar da Assembléia de Luta Salarial e sequer respondeu, omitindo-se totalmente de representar o interesse dos funcionários. Nos dias que antecederam a Jornada de Luta Pela Reposição Salarial e Contra as Demissões de Professores, a Universidade viveu um intenso debate entre os vários setores da Comunidade Acadêmica.



Assembléia geral do dia 13

EDITORIAL

A dimensão do movimento nacional das ADs, em João Pessoa, mudou em sua qualidade. A decretação da greve, pela Assembléia Geral do dia 06 de dezembro, com a presença de mais de 300 colegas, deu ao movimento uma dimensão coletiva. A jornada de luta que a UFPB viveu nos dias 11 e 12 de dezembro foi fruto de um trabalho árduo e coletivo, envolvendo a comunidade universitária, particularmente seu corpo docente.

Foi graças ao intenso envolvimento de todos, nas atividades previstas para os dias de paralisação, que pudemos aprofundar as reivindicações iniciais de salários e contra demissões, um conjunto de reivindicações sobre questões relativas a um ensino arcaico agravado por medidas arbitrárias de 15 anos de regime discriminatório, arbitrário e ditatorial, imposto à nação brasileira. As atividades de docência, nos três turnos e em todos os 6 Centros, estiveram paralisadas em cerca de 95% durante os dias de greve. Os piquetes tiveram um trabalho somente suplementar, de convencimento dos poucos indecisos.

Porém acreditamos que a direção está proposta, qual seja, a direção da Assembléia Geral Universitária (professores, estudantes e funcionários) que nos levará a repensar concretamente e praticamente, de maneira efetivamente democrática, o papel da Universidade na sociedade.

Das duas reivindicações básicas que nos levaram a unir forças, sentimos já alguns resultados. Através dos jornais, estamos recebendo alguns boatos a respeito de diferentes índices de reajuste salarial do funcionalismo público. É um primeiro momento de resposta às pressões e de tenta-

tiva de cooptação, em razão dos vários movimentos reivindicatórios de funcionários públicos em todo o Brasil. Entretanto, nossa reivindicação de reposição das perdas salariais ocorridas no período, poderá ainda não ser atendida. Nossa movimento é ainda suficiente incipiente e localizado para que possamos receber resposta positiva. Acreditamos que somente através de um amplo movimento nacional é que a luta pela reposição salarial poderá ser vitoriosa.

Também não sabemos qual será a resposta do MEC em relação a situação do professor colaborador na UFPB. A mobilização contra atitudes arbitrárias deverá ser mantida e o nosso empenho coletivo irá pesar nas decisões dos responsáveis pela elaboração das alterações da legislação do ensino superior, que ora estão sendo preparadas pelo MEC.

A Associação Docente foi fortalecida pela comunidade universitária, neste momento de intensa mobilização e participação. Entramos no ano de 1980 com uma forte unidade para não permitir que medidas arbitrárias venham a ser aplicadas contra os professores da UFPB.

NOSSOS DOCUMENTOS



Assembléia geral do dia 13

João Pessoa, 14 de dezembro de 1979

Ofício nº 102/79
Da: Diretoria Executiva
Para: Magnífico Reitor da UFPB
Professor Lynaldo de Albuquerque

Magnífico Reitor:

A Assembléia Geral da ADUFPB-JP, realizada no dia 13 de dezembro p.p., decidiu encaminhar a V. Magnificência o conjunto de reivindicações abaixo, resultando das reuniões e Assembléias ocorridas durante a Jornada de Luta Pela Revisão Salarial e Contra Demissões de Professores, nos dias 11 e 12 de dezembro.

O texto aprovado é o seguinte:

Nós professores da UFPB do Campus de João Pessoa, reunidos em Assembléia Geral no dia 12/12/79, decidimos encaminhar junto à Reitoria as seguintes reivindicações surgidas no interior do movimento de paralisação:

1 - Que a Reitoria cumpra a legislação trabalhista

fazendo constar nos contratos de trabalho, a partir da 2ª renovação, o seu prazo indeterminado.

2 - Que os critérios utilizados para a contratação, 1º renovação de contratos e prazos de duração dos mesmos sejam estabelecidos por instâncias decisórias ao nível dos Departamentos.

3 - Que a mudança de nível seja automaticamente concedida assim que o professor obtiver a qualificação necessária e que a remuneração salarial tenha efeito retroativo a partir da data da qualificação.

4 - Que a Reitoria atenda as exigências dos Departamentos quanto às necessidades de contratação de pessoal docente e quanto ao limite máximo de alunos por disciplinas, determinado pelo Departamento conforme suas especificidades.

5 - Que seja adiado o inicio das atividades do Hospital Universitário até que hajam condições efetivas para o seu funcionamento, definidas por uma Comissão de Docentes da área, constituída nesta Assembléia.

6 - Que o Estatuto e Regimento da UFPB sejam

modificados no sentido de garantir:

6.1 Que as Chefias de Departamentos, Coordenações de Curso e Direção de Centro sejam escolhidos através de eleições diretas.

6.2 Que seja excluída dos Estatutos e Regimento da UFPB a Câmara Departamental.

6.3 Que os Órgãos Colegiados da Universidade sejam compostos paritariamente de professores e estudantes.

7 - Que a Reitoria se pronuncie a respeito da desativação solicitada pela ADUFPB-JP da Assessoria de Segurança da UFPB.

A Assembléia decidiu também, como forma de encaminhamento que as respostas às reivindicações acima listadas deverão ser enviadas à ADUFPB até 20 de fevereiro de 1970, no sentido de servir de subsídio ao II Encontro Nacional de Associações Docentes que será realizado em João Pessoa de 25 a 29 de fevereiro de 1980.

João Pessoa, 13 de dezembro de 1979

Plenário da Assembléia Geral da ADUFPB-JP

CARTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

João Pessoa, 28 de novembro de 1979

A ADUFPB-JP, na defesa dos direitos de seus associados, professores da UFPB do campus de João Pessoa, reunida em Assembléia Geral, realizada no dia 27 de novembro de 1979, decidiu colocar-se contra o projeto de decreto lei proposto por V. Excia, ao Presidente da República que revoga o decreto nº 79.795 de 8 de junho de 1977, sobre a suspensão da revisão do contingente de expansão.

A proposta do decreto não soluciona a situação imediata dos professores da UFPB, que existem eletivas funções de docência, e outras tarefas sob regime de professor colaborador, em grande

número inclusive em dedicação exclusiva. Conforme dados da reitoria, a UFPB possui atualmente aproximadamente 2.600 professores, dos quais cerca de 1.600 contratados como professores colaboradores. Segundo o Art. 3º do decreto nº 75.841 de 10 de junho de 1976, que passaria a vigorar, mesmo com a liberação total e imediata da lotação prevista para a UFPB (1.500 professores), cerca de 1.000 professores colaboradores estariam impedidos de acesso ao quadro da carreira do magistério.

b) No caso de extinção da categoria de professor colaborador na forma como hoje é efetivada pela UFPB, exige-se que todos os atuais professores colaboradores tenham direito de acesso ao quadro da carreira do magistério.

A ADUFPB espera resposta do MEC através da Reitoria da UFPB até o dia 06 de dezembro de 1979, quando se reúne em Assembléia Geral para deliberar sobre formas de ação na defesa dos direitos dos professores da UFPB.

Sobre a questão, a ADUFPB-IP exige solução por parte do MEC e da Reitoria da UFPB que:

a) Garanta que não haja demissões de professores, nem que haja perda de

direitos trabalhistas que já possuem os atuais professores colaboradores em razão de modificações da legislação vigente.

A ADUFPB espera resposta do MEC através da Reitoria da UFPB até o dia 06 de dezembro de 1979, quando se reúne em Assembléia Geral para deliberar sobre formas de ação na defesa dos direitos dos professores da UFPB.

Atenciosamente,
Paulo Ignácio Fonseca da Almeida

Carta aberta à população

Nos professores da Universidade Federal da Paraíba, do campus de João Pessoa, no momento que decidimos paralisar nossas atividades nos dias 11 e 12 de dezembro, vimos a público prestar esclarecimento dos motivos que nos levaram a esta atitude.

Nos últimos anos a concentração da riqueza e de poder nas mãos de minorias cada vez mais reduzidas, tem provocado consequências danosas nas condições de vida de toda população brasileira.

Este estado de coisas tem-se refletido de maneira particularmente grave em todos os níveis da estrutura de ensino em nosso país.

Os percentuais orçamentários destinados ao Ministério da Educação e Cultura vêm sendo reduzidos substancialmente nos últimos anos. O percentual, que em 1965 foi de 9% será de apenas 4% em 1980.

Tais dados nos permitem constatar o desprezo crescente com que os governantes vêm tratando o ensino público.

Uma das consequências disso é o aumento acelerado do número de escolas particulares, pagas, reduzindo a oportunidade de acesso ao ensino para as camadas mais pobres da sociedade.

A implantação do ensino pago pelo governo brasileiro, expressa uma política que busca satisfazer interesses de grandes grupos econômicos. Assim o governo procura impor à Universidade uma situação na qual ela se afaste, cada vez mais, do atendimento aos interesses da maioria da nossa população.

Através da atual tentativa de imposição do chamado "Pacote do Ensino Superior" fica manifesta esta intenção.

Nossa luta por melhores condições de trabalho é parte da luta geral por melhores condições de ensino. É parte da luta maior por melhores condições de vida, na qual se empenha hoje toda a sociedade brasileira.

Nas universidades a deterioração do nível de ensino e pesquisa e a inadequação destes aos reais problemas da população é um fato inquestionável, sentido claramente por professores e estudantes. Sentimo-nos cada vez mais marginalizados, seja em nossa condição profissional, seja na retribuição salarial, que vêm se desvalorizando ano a ano.

Por essas razões é que hoje, em todas as Universidades brasileiras, há um descontentamento geral manifesto através das lutas encaminhadas por suas Associações Docentes.

No caso específico da UFPB, nossas reivindicações são as seguintes:

1 - reposição salarial com índice de 52,7% com efeito retroativo a partir de agosto de 1979;

2 - que sejam garantidos aos professores universitários os direitos já obtidos por outras categorias assalariadas de reajustes semestrais;

3 - garantias de que não haverá demissões decorrentes de alterações arbitrárias da legislação do Ensino Superior, nem perda de direitos trabalhistas já conquistados;

4 - que seja ampliada a lotação da UFPB, de forma a assegurar o direito de todos os atuais professores "extra-quadrado" terem acesso ao quadro permanente.

O índice de reajuste de 52,7% resulta de estudos elaborados por algumas Associações Docentes, que viajaram as perdas do poder aquisitivo de nossos salários acumulados durante os últimos anos, era razão dos reajustes ocorridos no período terem sido sempre inferiores às taxas oficiais de inflação.

Salientamos ainda que, de todos os assalariados brasileiros regidos pela CLT, os únicos excluídos do sistema de reajustes semestrais foram os servidores públicos. Protestamos contra essa discriminação.

Finalmente, caso implantado o "Pacote do Ensino Superior", nos termos que está sendo proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, teremos uma ameaça real de demissões e perdas de direitos trabalhistas para cerca de mil professores da UFPB.

Nossa paralisação significa a continuidade da luta pelo atendimento às nossas reivindicações, que implicam em melhores condições de trabalho para nós professores, com a consequente melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, vindo ao encontro das legítimas aspirações estudantis e da população em geral.

Comissão de Professores
ADUFPB-JP

Moções

Também durante o nosso movimento foram tiradas nas plenárias quatro moções: uma de apoio ao movimento pela criação da ADUP (Associação dos Professores Universitários de Patos) e contra as pressões que aqueles docentes vêm sofrendo; uma de solidariedade aos colegas da UFMG (as duas votadas na Assembléia do dia 3 de dezembro). As outras moções - aprovadas na plenária do dia 13 de dezembro - são: uma de repúdio a manutenção da Assessoria de Segurança por parte da Reitoria da UFPB e outra sobre o ocorrido em Florianópolis. As moções estão transcritas a seguir:

Os professores da Universidade Federal da Paraíba, reunidos na Assembléia Geral da ADUFPB-JP, de 03 de dezembro de 1979, vemos de público manifestar seu apoio ao movimento pela criação da APUP (Associação dos Professores Universitários de Patos), e repudiam as pressões veladas ou explícitas da Fundação Francisco Maccarenhas, instituição mantenedora, cercando aos professores o legítimo direito de livre associação, garantido pela Constituição Brasileira.

Nos, docentes da Universidade Federal da Paraíba, reunidos em Assembléia Geral da ADUFPB-JP, de 03 de dezembro de 1979, vemos de público manifestar sua solidariedade e apoio aos colegas da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente em luta por uma reposição salarial que estabeleça o poder aquisitivo de seus salários. Manifestamos também nosso engajamento a participar desta luta, reivindicando uma reposição salarial nos mesmos termos propostos pela Associação de Professores Universitários da Belo Horizonte.

João Pessoa, 14 de dezembro de 1979
Ofício nº 103/79
Da: Plenário da Assembléia Geral
Para: Magnífico Reitor da UFPB
Professor Lynaldo Cavalcante de Albuquerque
Magnífico Reitor

A Assembléia Geral dos Docentes da UFPB, realizada no dia 13 de dezembro, às 10:00 horas, decide encaminhar a V. Magnificência a seguinte moção aprovada em plenário:

A ADUFPB-IP se pronuncia em强烈ly condena, sobre a existência da Assessoria de Segurança e Informação junto à Administração Central da UFPB, exigindo sua dissolução e por sua substituição imediatamente por uma estrutura que responda efetivamente às funções administrativas dessa Unidade. Atende ao Ofício nº 103/79, de 13 de Junho

p.s. - a ADUFPB-JP solicita inclusivamente uma resposta clara e incisiva a esta reivindicação, ate o dia 27 de junho de corrente. A Assembléia Geral, constatando que até o presente momento não ocorreu nenhuma manifestação por parte da Reitoria sobre a questão, repudia unanimemente a manutenção daquela Assessoria de Segurança e expressa sua estranheza quanto ao silêncio desta Reitoria que consente assim, o funcionamento de um órgãoominente de um quadro ditatorial que parece perpetuar-se.

Plenário da Assembléia Geral

Os professores da Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, em Assembléia Geral realizada no dia 13/12/79, resolvem apoiar irrestritivamente os companheiros de Santa Catarina diante dos fatos ocorridos durante a visita da Comitiva Presidencial à Florianópolis e, ao mesmo tempo, repudiar as atitudes repressivas dos órgãos de segurança.

Por outro lado, se incorporam a reivindicação nacional no sentido de imediata libertação e ressarcimento dos estudantes presos na Lei de Segurança Nacional.

Plenário da Assembléia Geral
ADUFPB-JP

Durante a paralisação, recebemos a apoio e solidariedade de inúmeras entidades, através de mensagens, faxes e cartas de: Presidente Operário e da Fasebol da Juventude; da Associação dos Magistrados Públicos do Estado da Paraíba; dos Funcionários da Faculdade Técnica e Administrativa e da Professora da Cidade; do Conselho de Diretores da Universidade de Ciências Humanas Letras e Artes da Cidade Acadêmica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo; do Diácono Acadêmico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; da ADUFEPE e da ADUFSCAR.

Documento do encontro de Recife

II ENCONTRO REGIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DO NORDESTE
RECIFE - 15 e 16 de Novembro de 1979

I - ASSOCIAÇÕES PRESENTES

APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão

APESC - Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará

ProADUFC - Comissão Pró-Fundação da Associação dos Docentes da UFC

ADUFPB-JP - Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa

ADUFPB-CG - Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande

ADUFEPE - Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco

ADUFRPE - Associação dos Professores Universitários da Universidade Federal Rural de Pernambuco

APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia.

II - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS (aprovada por unanimidade)

As ADs reunidas nos dias 15 e 16 de novembro de 1979 em Recife, reiteram os princípios de o 1º Encontro Nacional realizado em São Paulo, reafirmando no Encontro Nacional Extraordinário de Salvador e explicitam os princípios consensuais inspiradores da luta hoje tornada nacional, concretizada no repúdio aos Anteprojetos propostos pelo MEC. Assim, entendem as ADs que:

1 - a Universidade deve ter como objetivos as atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à geração de conhecimentos que sirvam aos interesses da maioria da população brasileira, constituindo-se nisso a própria base do real processo de democratização da Universidade;

2 - é inaceitável qualquer tipo de

legislação que atrela a Universidade, direta ou indiretamente, aos interesses particulares de grupos ou empresas em prejuízo da maioria da população:

3 - a estrutura de poder das Universidades deve ser democrática, realizando-se através de uma efetiva participação da comunidade universitária, seja nos seus diversos órgãos de decisão, seja no processo de escolha de seus dirigentes;

4 - a autonomia universitária, atributo inalienável de uma universidade democrática, significa definir e decidir a sua própria política de ensino, pesquisa e extensão, bem como a escolha dos meios (materiais, humanos, etc) para executá-la, independentemente de pressões e controles externos político-administrativos;

5 - é dever do Estado contemporâneo assegurar o direito à educação em todos os seus níveis, garantindo o ensino público gratuito. Este direito é universalmente reconhecido, de vez que a UNESCO considera 12% como a percentagem mínima do orçamento de um país a ser atribuída à educação. Quanto ao ensino superior, cabe ao Estado prover condições necessárias para a realização das metas estabelecidas, a cada momento, pela comunidade universitária;

6 - é igualmente dever do Estado atender às necessidades prioritárias da população, no que diz respeito à saúde, com o objetivo de garantir não apenas a reprodução da força de trabalho como também de elevar o nível da qualidade de vida individual e coletiva;

7 - deve ser assegurada a profissionalização dos corpos docente e técnico-administrativo, através de uma justa remuneração, aceitando-se a definição contida na Constituição Brasileira de que a trabalho igual deve corresponder igual salário, considerados os aspectos da qualificação, desempenho, tempo de serviço, produção científica, etc. seja a nível interno das Instituições, seja a nível nacional, a fim de elevar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão;

8 - é imprescindível para a realização dos objetivos democráticos a nível da sociedade civil, a liberdade para a constituição de entidades autônomas e representativas dos diferentes setores da sociedade e no âmbito das Universidades, entidades representativas do pessoal docente, discente e técnico-administrativo;

9 - as ADs constituídas livremente por processos democráticos e autônomos sejam reconhecidas como a via legítima de expressão dos anseios e interesses do corpo docente das Universidades brasileiras bem como instrumentos de democratização.

III - DECISÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE

Considerar inaceitáveis os anteprojetos que regulamentam as Autarquias de Regime Especial e a Escolha e Nomeação de Dirigentes Universitários, reafirmando integralmente as posições da Reunião Extraordinária de Salvador das ADs, publicadas no Boletim Nacional das Associações de Docentes de setembro de 1979.

Exigir do MEC, a solução imediata para a problemática dos professores colaboradores, denunciando o fato de que a recente proposta do MEC de revogação do Decreto 79.795 de 8 de junho de 1977 (liderando o "Contingente de Expansão"), bem como os demais ante-projetos de combate da comunidade acadêmica não solucionam a situação destes professores;

Considerar como inaceitável o regime de hora-aula para a contratação de docente em qualquer categoria, inclusive a do professor colaborador;

Repudiar o projeto de Lei nº 034/79 que torna prerrogativa do Presidente da República, a escolha dos dirigentes das Universidades constituidas sob a forma de Fundação Federal. Denunciar a ausência de convocação da comunidade universitária para debate e denunciar também

a omissão do Congresso Nacional que pode permitir a aprovação da Lei por decurso de prazo.

IV - RESOLUÇÕES SOBRE O ANTEPROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS MÁGISTERIO (aprovadas integralmente)

1 - Consideramos que o Anteprojeto da Reestruturação da Carreira do Magistério Superior não atende às aspirações da comunidade docente, a qual foi amplamente desrespeitada pela colocação do documento em discussão por um prazo que se mostra irrisório, diante da gravidade dos temas propostos, a exigir debate amplo e aprofundado. Assim, as ADs exigem um adiamento do submetimento ao Congresso Nacional, sem prejuízo da imediata e condigna atualização salarial;

2 - O referido Anteprojeto é inaceitável na forma proposta por ferir fundamentalmente a Declaração de Princípios (Item II), nos seguintes pontos:

a) Trata o regime de 40 horas como exceção (§ 3º, Art. 13);

b) Não soluciona o problema dos atuais professores colaboradores, ao não definir suficientemente a sua função, continuará permitindo os atuais abusos;

c) Estabelece o inaceitável contrato em regime de hora-aula para o professor colaborador (§ 1º, Art. 21);

d) Autoriza o MEC e não os Departamentos, fixar o quantitativo correspondente à classe de Professor Titular, ferindo a Autonomia Universitária e podendo provocar a estagnação da classe de Professor Adjunto (§ 2º, Art. 4º);

e) A tabela salarial, proposta no Anteprojeto, intensifica as diferenças salariais entre os diversos níveis, enquanto que os docentes através de

sus ADs lutam por um salário digno, mas com pequena diferença entre os níveis;

f) Possibilita a liberação da União para com os encargos financeiros do Ensino a propor que "outros recursos" que não os orçamentários sejam destinados ao pagamento dos professores (Art. 29);

g) Estabelece gratificações a professores pelo desempenho de atividades meio, consubstanciando na prática, a carreira de "administrador universitário", à semelhança das empresas, contrariando as atividades fins da Universidade (Art. 18);

h) Permite que pessoas alheias à Universidade venham a assumir cargos administrativos. As ADs repudiam unanimemente esta violação da Autonomia Universitária (Art. 18);

i) Ao criar a tabela suplementar para os Auxiliares de Ensino não concursados, estabelece dois fatos rejeitados pelas ADs neste Encontro: o congelamento salarial e o quadro suplementar (Art. 25);

j) Não assegura a estabilidade do docente do ensino superior.

V - OUTRAS RESOLUÇÕES APROVADAS

a) o IIIº Encontro das ADs do Nordeste, será realizado em São Luís, com data a ser decidida no II Encontro Nacional;

b) Que os delegados presentes ao

II Encontro Regional, encaminhem as bases os resultados e discussões ocorridas neste Encontro, de forma a procurar definir para o II Encontro Nacional em João Pessoa, os Projetos Alternativos de organização do Ensino Superior, assim como as formas de luta para a questão salarial e as questões trabalhistas (com ênfase na problemática do professor colaborador).

Natal, 20 de novembro de 1979

Excelentíssimo Senhor Professor Eduardo Portela
Digníssimo Ministro de Estado da Educação e Cultura
BRASÍLIA - DF

Senhor Ministro,

Os representantes das Associações Docentes da Região Nordeste, presentes ao Encontro promovido pelo MEC para discussão do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério durante os dias 19 e 20 de novembro de 1979,creditam que este encontro tenha sido um momento válido no processo de ampla discussão democrática da Universidade Brasileira, há muitos anos cercada de propostas e encontradas soluções que viabilizem seu papel numa sociedade democrática. Consideram, por outro lado, ser imprensável dar continuidade aos debates sobre o tema e que seus resultados sejam efetivamente levados em conta na elaboração do projeto em pauta.

Querem, também, afirmar a Vossa Excelência o repúdio ao projeto de lei nº 34/79, ora em tramitação no Congresso Nacional, que torna a estruturação dos dirigentes das Fundações Universitárias criadas ou mantidas pela União, prerrogativas do presidente da República, considerando inaceitável que a autonomia universitária seja de tal forma violentada.

Em anexo seguem as conclusões do II Encontro das Associações Docentes do Nordeste.

Aproveitam a oportunidade para apresentar protestos de respeito e consideração.

Assinam

ADURN
ADUFEPE
APUB
ADUFPB-JP
ADUFPB-CG
APRUMA
ADUFPB
ADUFAL



FUNCIONÁRIOS: LUTA SALARIAL

Por ocasião da inclusão da UFPB em programas de desenvolvimento científico e planejamento, o MEC tomou-se necessário por parte desta Universidade a contratação de diversos e diferentes profissionais de nível superior, para execução destes programas.

Sob a justificativa de que o volume, a complexidade das obras e o prazo para execução, requeria a contratação de especialistas, e que a remuneração para empreendimento deste porte é elevada na região, o que impossibilitaria a Universidade ter efetuado as necessárias contratações nos termos do Estatuto do Funcionamento Público, é encaminhada pela Secretaria de Apoio Administrativo do MEC em 02/02/76, ao então ministro Ney Braga, uma exposição de motivos justificando essas contratações. Sendo autorizado pelo Ministro, em 03/11/76, a contratação de 21 (vinte e um) especialistas, na forma do artigo 96 e 97 do Decreto-Lei nº 200 e do artigo 15 § 5º do Decreto nº 74.448/74, ficou a critério da Universidade, a seleção e distribuição pelos vários níveis salariais (tabela) do pessoal contratado.

No desenvolvimento do programa, arbitrariamente foram efetuadas contratações, mudanças individuais de níveis salariais, assim como novas contratações em condições salariais desconhecidas.

No inicio do mês de outubro do corrente ano, a partir de um unânime e manifesto descontentamento com relação à situação salarial, arquitetos e engenheiros do ETA, campus João Pessoa, iniciaram um processo de discussão para encaminhamento da questão junto à Reitoria, resultando um documento com as seguintes reivindicações:

1. Aumento escalonado, variando de 7% para o maior salário até 38% para o menor salário existente.

2. Piso salarial de Cr\$ 25.116,00

3. Adicional para cargos de direção.

Até o presente momento, a Reitoria não se pronunciou oficialmente, diante de reivindicações formuladas, optando pela tentativa de evasão-las através de manobras burocráticas, caracterizando, desta forma o descaso como são tratadas as questões salariais na Universidade.

Documento enviado ao Reitor

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba:

O corpo técnico do ETA-UFPB, lotado no Campus de João Pessoa premiado pelo processo inflacionário existente no sítio, sente-se compelido a solicitar uma revisão nos níveis salariais vigentes, estabelecido nas razões abaixo enumeradas para que V. Magnificência forme melhor juízo da validade e urgência de tal medida:

a) Os reajustes de salários do funcionalismo público nos últimos anos, têm sido inferiores à taxa de inflação, ao reajuste do salário mínimo regional e ao reajuste de outras categorias profissionais, provocando assim uma sensível e constrangedora deteriorização do nosso poder aquisitivo.

b) A tabela salarial, proposta no Anteprojeto, intensifica as diferenças salariais entre os diversos níveis, enquanto que os docentes através de

Nº PESSOAS % a/ Total

1	5,8%	Cr\$ 35.326,40
2	11,7%	Cr\$ 30.139,00
4	23,5%	Cr\$ 27.627,40
3	17,6%	Cr\$ 25.116,00
4	23,6%	Cr\$ 22.604,00
3	17,6%	Cr\$ 20.092,00

c) o regime de trabalho de 8 (oito) horas diárias e o crescente volume de serviços nos impede de outras alternativas de renda;

d) nossas condições salariais atuais tornaram-se insuportáveis, apresentando-se inferiores aos vencimentos vigentes na região, considerando o custo do empreendimento do qual participamos.

Dante do exposto, solicitamos a V. Magnificência considerar a possibilidade de rever os nossos níveis salariais com base em base na proposta a seguir apresentada:

I. Majoração dos salários atuais, respeitados os níveis da Tabela da Especialistas, na forma seguinte:

Nível Salarial	Nível Proposto
Cr\$ 35.326,40	Cr\$ 37.674,00
Cr\$ 30.139,00	Cr\$ 35.326,40
Cr\$ 27.627,40	Cr\$ 32.660,80
Cr\$ 25.116,00	Cr\$ 30.139,00
Cr\$ 22.604,00	Cr\$ 27.627,40
Cr\$ 20.092,00	Cr\$ 27.627,40

II - Piso salarial de Cr\$ 28.116,00 (vinte e cinco mil cento e sessenta e cruzados), por ser este vencimento inicial o mais justo, face à qualidade e eficiência do atual corpo técnico e, também, como medida de preservação do nível técnico diante de contratações futuras.

III - Adicional para cargos de direção como forma de incentivo e reconhecimento das responsabilidades inerentes às funções de direção.

Sendo só o que se nos apresenta no momento, esperamos contar com a compreensão e o apoio da V. Magnificência para o pleito aqui formulado.